

## **Desafios políticos nas fronteiras do Império: Do discurso da ordem ao enalço da civilização em Mato Grosso (1834-1862)**

Ernesto Cerveira de Sena\*

Os principais discursos dos delegados imperiais em Mato Grosso, durante o período das Regências (1831-1840) e na primeira década do segundo Reinado (1841-1850), enunciavam principalmente sobre a necessidade de “ordem” entre as elites políticas. Era momento em que se poderia deflagrar rebelião e, assim, colocaria em risco o pretense território imperial. Na década de 1850, com acertos significativos entre os grupos políticos, tanto na Corte quanto na província fronteiriça, o discurso da ordem foi pouco a pouco sendo deslocado para as pessoas da “ínfima classe”, enquanto os grupos políticos de diferentes locais de Mato Grosso passaram a estabelecer acordos apaziguadores. Isso acontecia ao mesmo tempo em que as políticas públicas passavam a atender muitas regiões fora da capital - diferentemente do que ocorria anteriormente -, através da construção de escolas, estradas, pontes, entre outras. O ideal civilizatório passava a ser mais difundido, enquanto pessoas ilustres locais serviam seus lugares com serviços filantrópicos ou em cargos governamentais, tornando-se dignos muitas vezes para receber mercês do Imperador. Na segunda metade do século XIX, o entendimento entre os grupos políticos tinha seu limite, mas não chegariam mais a fortes desentendimentos, como nas décadas de 30 e 40, quando ameaçavam colocar em perigo a integridade do novo país que construía.

As rebeliões regenciais, na década de 1830, expunham a fragilidade da integridade tanto do território que pretendiam fazer nacional, quanto do projeto de se construir um Império destacado do restante da América do Sul. Essas rebeliões também fizeram se defrontar as elites políticas dos diversos lugares. Em Mato Grosso, em 1834, estourou a "Rusga", movimento que perseguiu, torturou e matou dezenas de portugueses e pessoas próximas a eles. Tal levante foi possível justamente devido à fratura de interesses dentro do principal grupo dirigente da província. Depois desse movimento,

---

\* Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso

iria demorar mais de uma década e meia para que as elites não oferecessem mais ameaças consistentes, como a eclosão de motim nas *longínquas* fronteiras do império. Mato Grosso era uma entidade administrativa e política de difícil acesso para tropas vindas do litoral, e ao mesmo tempo, era estratégica para as relações internacionais, seja com os países platinos, seja com os lugares que poderiam usufruir da navegação dos rios amazônicos (a antiga província compreendia, aproximadamente, os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia).

As elites políticas tinham papel especial nas primeiras e turbulentas décadas de elaboração e formação do Estado e da nação. Em uma região como Mato Grosso, seus papéis eram essenciais para a recepção e difusão dos projetos que emanavam, sobretudo, da Corte, embora muitas das políticas transmitidas para a região de fronteira fossem reelaboradas (respondendo a demandas locais), negligenciadas ou mesmo refutadas, mostrando o quanto era complicado manter e promover a construção de um país de dimensões continentais.

Podemos dizer que as elites em Mato Grosso não eram submetidas a um estamento burocrático que aviltava e parasitava os fazendeiros e comerciantes da província, como já sugeriu Raimundo Faoro, em os "Donos do poder" (1989). Também não era, de maneira quase completamente oposta, como sugere Richard Graham (1997), formada por um grupo que desfrutava unicamente do principal fundamento do Império, qual seja, segundo o autor, o "clientelismo", sendo a chave de entendimento para o período imperial, embora os cargos públicos fossem cruciais em muitas negociações. De acordo com o *brasilianista*, não existiria qualquer projeto monárquico que não fosse atender às demandas dos fazendeiros no extenso território imperial. Expandir as oportunidades dos homens de posse "constituía a própria razão de ser do Estado" (272). Aos presidentes de província, por exemplo, como representante estatal, caberia apoiar os que saíam vencedores, pela força e pelas fraudes, das eleições.

No entanto, as relações entre governo e grupos políticos apresentam uma série de matizes, o que nos deixa inclusive perceber um projeto imperial (Ver MATTOS: 2009). Não que esse projeto não fosse constituído por rupturas e reformulações casuísticas, mas, também, porque pretendiam construir um país com vários grupos sociais diferentes, em direção de uma "monarquia civilizada", embora a hierarquia fosse

intrínseca às diretrizes governativas. Esses matizes inclusive apontam para a formulação de novas demandas por grupos locais de acordo inclusive com sugestões do centro administrativo e político do Brasil, ao mesmo tempo em que políticas eram reelaboradas por problemas de aceitação e/ou de reformulação dos potentados regionais (SENA, 2009).

Percebendo a província de Mato Grosso, os presidentes, desde a "Rusga" (1834) até 1850, foram seguidas vezes derrotados, sejam nas eleições, sejam no estabelecimento de proposições governamentais essenciais; como a de fazer vigorar determinações sobre a guarda de presos políticos, sobre leis relativas à Guarda Nacional, às finanças provinciais, a área dos colégios eleitorais, a existência de um corpo policial, entre outros. Com exceção de um presidente chamado Crispiano Soares (1848-1849), todos, no período citado acima, sofreram forte oposição dos congressistas da Assembléia Legislativa, lugar que normalmente abrigava as lideranças partidárias. Os principais delegados do império, que eram os presidentes de província – como os chamava visconde do Uruguai, além de outros juristas e políticos-, perdiam as eleições constantemente, notadamente para um grupo político que veio a ser denominado de "Liberal". Enquanto na Corte, o Partido Conservador paulatinamente se consolidava, aproximadamente desde 1838, como a principal força política, em Mato Grosso, o Partido Liberal estabelecia sua hegemonia política a partir de sua criação, por volta de 1837, até o início da década de 1850, impondo vários desgostos, precauções ou mesmo derrotas, no campo político, ao governo central.

O Partido Liberal começou a ser formado na mesma época que em outras partes do Império, no final do quarto decênio. Coube ao então presidente de Província, Pimenta Bueno (1836-1838), futuro correligionário do Partido Conservador e marquês de São Vicente, organizar o grupo que se distinguiria dos agrupamentos então existentes. Um gravitava entorno de antigas famílias da área geográfica conhecida por baixada cuiabana, como os Corrêa da Costa ou os Gaudie Ley. Outro grupamento era relacionado à liderança do oficial de milícia Poupino Caldas, que rechaçara de maneira incontornável a elite política da qual antes fazia parte. Tal rompimento foi explicitado por ocasião do movimento do "30 de maio" - como ficou conhecido o movimento logo depois pelos coevos, ou da "Rusga" - como ficou conhecido décadas depois, pela historiografia *regional*- (Ver CORRÊA FILHO, 1993).

Poupino foi um dos fundadores da Sociedade dos Zelosos da Independência, que preconizava assegurar a independência do Brasil. Essa sociedade se espelhava em muitas outras, como a Sociedade dos Zelosos da Independência Nacional, fundada no Rio de Janeiro. A maior de todas era a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional (GUIMARÃES, 2001), que, como o próprio nome sugere, era articulada com o objetivo de afastar o fantasma da *restauração*, possível ainda, segundo os *zelosos* e *defensores*, através do retorno de D. Pedro I ou da assunção de algum de seus leais seguidores.

Poupino e sua sociedade hostilizavam tanto os portugueses quanto os políticos que estavam nos principais cargos administrativos, vistos como privilegiados nas linhas de comércio da província e detentores das melhores glebas de terra da baixada cuiabana. Embora participasse do Conselho de Governo, o líder dos *zelosos*, seus seguidores e a soldadesca estacionada em Cuiabá, marcaram um levante para a noite de 30 de maio de 1834, caso os portugueses não saíssem da província e não deixassem seus pertences. Pouco antes do levante, o conselho de província passou o governo para o próprio Poupino Caldas, que, no entanto, não conseguiu deter a explosão de matanças e saques feita por parte da população (SIQUEIRA, 1992).

Depois de alguns meses como o principal administrador da província, o então ex-líder dos *zelosos* foi substituído pelo presidente de província Coronel Antônio Pedro de Alencastro. Este fez prender vários que participaram da rebelião, mas forneceu proteção e encargos para Poupino, enquanto ele delatava antigos companheiros e procurava influenciar na Assembléia legislativa em favor do delegado do Império, sem muito sucesso. Mas com a troca de presidentes, em 1836, perdeu a proteção e foi morto por um entre tantos desafetos que tinha na capital. Pouco antes de sua morte, já estava sendo delineado um grupo político que não teria ligações nem com os tradicionais políticos de Cuiabá e redondeza, nem com os seguidores de Poupino que tinham conseguido benesses no governo de Alencastro.

A novidade desse grupo era a ligação que efetivou com chefes políticos fora da capital, Cuiabá, estabelecendo uma rede entre os colégios eleitorais da província, mesmo alguns distando centenas de quilômetros. Foi muito bem sucedida essa articulação, o que possibilitou ao Partido Liberal, (filiação que escolheram, pois os seus

opponentes foram para o Conservador) fazer a maioria na Assembléia Legislativa, já partir da legislação de 1837, desbastando as antigas lideranças.

Novidade também era a própria Assembléia, inaugurada em 1835, lugar que passou a ser disputado pelas figuras proeminentes na província. A criação das assembleias era em virtude da direção imprimida pela Regência, que objetivava uma maior autonomia das províncias do Império. As assembleias provinciais substituíram os antigos conselhos de províncias e passaram a contar com várias prerrogativas, como a criação de empregos, de impostos, e deliberação sobre as despesas e receitas provinciais, votando inclusive o ano fiscal dos municípios, além de legislar sobre a instrução e a segurança. As novas casas legislativas forneceram às unidades provinciais maior independência em relação ao governo central, mas, principalmente, retiraram atribuições que antes eram dos municípios (Leal, 1978).

As elites locais passaram a ver nas assembleias legislativas um espaço para defenderem seus interesses sociais e/ ou econômicos, um lugar para figurar suas lideranças locais, enfim, uma casa para confirmar suas posições de destaque e para exercitarem a política provinciana.

Acompanhar a quantidade de pessoas votadas demonstra o quanto a Assembléia passou a ser "domesticada" pelas lideranças políticas. Em sua primeira eleição, foram 161 pessoas que receberam votação dada pelos eleitores qualificados para as 20 vagas. Em 1862, eram somente 32 pessoas votadas para 22 vagas (As atas de eleição podem ser encontradas no Instituto Memória do Poder Legislativo de Mato Grosso). Os votos eram cada vez mais parecidos nas cédulas que deveriam constar o nome de todos os candidatos para todas as vagas (ou seja, quando eram vinte vagas, o eleitor deveria escrever vinte nomes) sem que houvesse necessidade de a candidatura ser posta de maneira oficial por um partido ou mesmo pelo votado. O maior controle se deu progressivamente, à medida que os acordos políticos determinavam mais eficazmente não somente quais seriam os votos, mas principalmente quais seriam os candidatos de fato. Sem embargo, entre a primeira votação, na década de 1830, e a eleição de 1864, quando somente 26 pessoas de toda a província foram nomeadas para as 22 vagas, muitas mudanças na composição e na dinâmica política ocorreram na região fronteira,

inclusive no relacionamento entre a Assembléia e o presidente, o que era sintomático sobre o estado de "ordem" que se encontrava província.

Um dos poucos estudos sobre o poder legislativo de Mato Grosso, enfocando o período que nos interessa (1834-1864), considera que havia uma quase completa letargia nas atividades parlamentares, nos seus dois meses de funcionamento, quando os parlamentares se restringiam a votar as leis e decretos encaminhados pelos presidentes de província (MENDONÇA, 1967). Se olharmos somente as atas das reuniões, de fato, notar-se-á uma preocupação mais burocrática do que em demonstrar os vários desacordos instalados na Assembleia. No entanto, não foram poucas as contendas, fossem entre os próprios deputados, fossem entre a casa de deputação e o governo provincial, principalmente se nos ativer em documentações como a própria correspondência entre o chefe do Executivo local e os ministros do império, como também em notícias de jornal, relatórios da polícia e cartas de moradores para o governo central. Na verdade, o confronto entre o poder Legislativo e o Executivo era a tônica entre 1834 e 1849, quando na maior parte desse período os liberais não só fizeram maioria ao mesmo tempo em que hostilizaram e desafiaram os principais delegados do império na região. Mesmo quando o presidente era enviado a Mato Grosso por gabinete liberal, havia fortes atritos entre a casa parlamentar e o governo. Quando o gabinete era conservador, os confrontos eram quase certos, já pronunciados antes mesmo da chegada do enviado do governo central.

O principal líder do grupo hegemônico na Assembléia era o fazendeiro de Poconé (local à distância de 180 quilômetros de Cuiabá, aproximadamente) Manoel Alves Ribeiro, tendo se firmado como liderança incontestada no início da década de 1840. Este fez carreira como muitos outros que se tornaram políticos na província. Foi eleito vereador em uma cidade pequena. Depois, mudou-se para a capital e tornou-se juiz de paz de um distrito. Como juiz, tinha de organizar eleições e assim tomou contato mais estreito com homens públicos. Ser deputado provincial já demonstrava um grau elevado de articulação. Mas ser líder na Assembleia, muitas vezes era ser líder de partido, o que lhe dava direito quase automático de também ser vice-presidente de província, cargo que normalmente reservavam para os políticos locais. Eram seis cargos de vice-presidente e nos anos 30 e 40 era a Assembleia quem escolhia os ocupantes. Em uma província distante meses de viagem até à Corte, um vice poderia governar por tempo

considerável. Assim, esses postos eram cobiçados e na maior parte das vezes ficavam com os chefes políticos ou com correligionários bem graduados no grupo político.

Não foi à toa que o presidente Alencastro se desentendeu fortemente com a casa legislativa na sua primeira legislação, em 1834. Além de não aceitarem o orçamento e vários projetos de leis enviados pelo Executivo, as pessoas que poderiam substituir o coronel na presidência lhe eram motivo de grande desagrado (Alencastro, 1935), o que o fazia temer o estado da coisa pública quando deixasse a província. Fato que se repetiria com outros presidentes, como com Estevão de Rezende (1838-1840), que dizia : "Por seus sentimentos anárquicos nem uma capacidade intelectual, e falta de meios para viverem com independência, ou ao menos com decência, são considerados indignos por este governo da confiança do Governo imperial e da ordem pública". Nessa ocasião, o primeiro vice-presidente já era Manuel Alves Ribeiro, que fez o presidente dizer ao governo na Corte que receava deixar Cuiabá sob "o governo de vice-presidentes" (REZENDE, 1839).

No entanto, como em vários casos em que os presidentes desqualificavam alguma liderança local para ocuparem cargos, isso não adiantava muito. Parecia até que fazia o acusado ser mais merecedor de benesses do governo central. Quando saiu o coronel Alencastro do governo, assumiu o cônego Guimarães, seu principal opositor na Assembléia. Quando Rezende, deixou a presidência, quem assumiu foi o líder da então oposição ao presidente, o fazendeiro de Poconé Manuel Alves Ribeiro. Este, aliás, iria ser o principal alvo dos comentários negativos de vários delegados imperiais na província. No entanto, ele prosseguia não somente como líder de seu grupo, mas assumindo o comando de Mato Grosso na qualidade de vice-presidente. Quando a escolha dos vices deixou de ser feita pela Assembléia, ele continuou no cargo privilegiado, nomeado pela Corte, assumindo inclusive o governo, além de ser nomeado chefe da Guarda Nacional e ganhador de encomenda do Império.

Na verdade, o governo central procurava não se chocar frontalmente com o principal grupo político de Mato Grosso. Em 1842, houve rebelião dos liberais em São Paulo e Minas Gerais. Em 1848 aconteceu a Praieira, em Pernambuco. A possibilidade de uma rebelião nas fronteiras do Império seria um transtorno incalculável, e assim fazia com que o governo central fosse bastante transigente com os políticos locais. Dessa

maneira, os homens públicos locais tomavam as rédeas da província e impunham discrepâncias entre os desejos localistas e as leis emanadas do centro político do Império. Assim, não somente legislaram irregularmente sobre a Guarda Nacional, fazendo com que os liberais ocupassem os principais postos, como tomaram para si a tipografia provincial, além de uma fazenda do governo, chamada de Camapuã, com seus escravos e pertences (OLIVEIRA, 1849). Também sequestraram um preso político, o doutor Sabino, um dos cabeças da Sabinada (rebelião acontecida na Bahia, em 1837, que reivindicava maior autonomia local). O médico foi levado para Poconé. Alegavam os partidários de Ribeiro que não havia profissional que cuidasse da saúde dos habitantes daquele lugar. Depois Sabino foi transferido para a fazenda Jacobina, da família Pereira Leite, uma das mais ricas da região. A tipografia também foi parar em uma fazenda dos aliados do líder liberal. Quando chegava um presidente de província, eles até mencionavam as irregularidades na “milícia cidadã” e nas apropriações indébitas. Mas simplesmente não existia força sob comando do governo que pudesse fazer frente aos capangas dos donos de terras seguidores de Ribeiro. A guarda policial, por exemplo, tinha sido extinta por manobra da Assembléia, quando vetou orçamento para o órgão, ainda no início da década de 1840, justamente para diminuir a força do presidente de província.

A situação na região começou a mudar entre os anos de 1848 e 1849, a partir da chegada do presidente Major Oliveira, que resolveu enfrentar a supremacia política dos liberais na província. Para isto, teve que contar com a ajuda do governo central. Tal ajuda se refletiu nas nomeações solicitadas. Oliveira escrevia para a Corte dizendo que a qualquer momento poderia ser morto e assumiria o governo justamente o cunhado do mandante de seu assassinato, Manoel Ribeiro. A ordem estava em perigo iminente. Se comunicar sobre o “estado de ordem” em que se encontrava a província, esta ocasião diferia das constantes mensagens afirmando que a província estava tranquila. O medo de sedição era uma constante. Inclusive, desde Poupino, passando por presidentes de nomeação de gabinete conservador, até quando Manuel Ribeiro assumia interinamente, todos mandavam constantemente informações sobre o estado de segurança política, mesmo sendo eles próprios elementos conhecidos de dissensões na sua localidade, como tinha sido o caso de Poupino Caldas, logo após o massacre da Rusga, em 1834.

Nos últimos meses de 1848, momento em que Oliveira sinalizava claramente

que corria perigo de vida, também mostrava que não tinha nenhuma força armada a seu favor. Assim, conseguiu uma série de nomeações que acabariam sendo acatadas na província. Trocou o chefe de polícia (mas não existia um corpo policial, pois fora extinto pela assembleia), que nessa época já era de nomeação do governo central, e o funcionário dos correios, pois tinha que mandar mensageiro particular, haja vista a contínua violação de sua correspondência. Também conseguiu outras nomeações para as vagas de vice-presidentes, substituindo os seguidores de Ribeiro (Oliveira, 1848-1849).

Nada disso daria certo se não contasse com a oposição ao fazendeiro de Poconé residente principalmente na capital. Assim, para ficar menos vulnerável, criou uma guarda especial, formada por voluntários. Era a Guarda de Segurança Pública. O major fazia a representação de que a ordem corria perigo e ele era o delegado do monarca nas fronteiras do Império, e dessa maneira falava em nome de Sua Majestade e do regime do país. Para o seu sucesso necessitava de novos aparatos de segurança como o corpo armado que pedia voluntários. O presidente foi bem sucedido na tentativa de reunir desafetos e ex-partidários de Ribeiro; inclusive o bispo da capital, antes aliado do fazendeiro poconeano, hipotecou apoio ao presidente ( REIS e vários, 1848)

Sentindo-se mais forte, Oliveira agiu para mudarem o comando da Guarda Nacional, que era ninguém menos que o próprio Ribeiro, assim como o oficial chefe da força de primeira linha (Exército) que também estava na mão dos liberais. Novamente conseguiu as nomeações do governo central que solicitara. A reação do chefe liberal foi mandar carta pedindo a pronta demissão de Oliveira. Mas o enfrentamento entre os dois se daria efetivamente na disputa para a deputação geral, na única vaga que o Mato Grosso tinha direito na Corte. Os dois eram candidatos. Para derrotar o poconeano era necessário que o presidente quebrasse a aliança do líder liberal com os outros distritos do *interior*, que antes garantiam a vitória contra os homens públicos de Cuiabá. E foi o que Oliveira conseguiu e saiu vencedor, ao mesmo tempo em que chegava carta da Corte exonerando-o do executivo provincial.

No entanto, é decidido no Rio de Janeiro abrir uma segunda vaga para a deputação de Mato Grosso, e seguem para a Câmara geral os dois adversários. As duas cadeiras de deputado tinham sido criadas em todas as províncias que tinham somente

uma, para justamente diminuir os conflitos internos, podendo ser preenchidas com um membro de cada partido. A intenção de arrefecer as contendas entre os grupos políticos acabou sendo consubstanciada na política de “Conciliação”, que previa distribuição de cargos para ambos os partidos, apesar do resultado das eleições, procurando retirar o sentimento de revanche.

A política de conciliação era anunciada desde 1843 (CASTRO, 1967). Mas somente nos anos 50 pôde se iniciar formalmente. Com os elementos radicais isolados depois da Praieira, assim como um maior desenvolvimento econômico do Império, liberais e conservadores - sobressaindo suas origens comuns e uma relativa homogeneidade na forma de pensar-, começaram a estabelecer acordos que “preservassem a prosperidade” assim como “favorecessem a grande propriedade”(NEVES, 1999). A estabilidade política no Prata, conseguida com a vitória sobre o líder portenho Manoel Rosas em 1852, assim como uma nova lei de terras conjugada com um maior incremento da migração de estrangeiros para o país, parecia mostrar que o Brasil caminhava rumo à prosperidade, mantendo os homens da política ligados à *principal indústria do país* - que era a agricultura – apresentando-se mais concordantes do que discordantes em relação aos rumos do Império.

Para Nabuco de Araújo, então político conservador, mas que cada vez mais se afastava de seu partido, principalmente do *núcleo duro*, o “espírito da conciliação” era o da conservação, sem “governo com ideias extremas”, pois a “conservação pura” tornaria o país estático, enquanto, por outro lado, poderia levar o país à “ruína” o liberalismo reivindicado em 1848. “Obedecendo ao espírito do tempo e da civilização,” a *Conciliação* era o “progresso justificado pela experiência” (apud NABUCO, 1998).

A “Conciliação”, segundo Paraná, era uma política em que os partidários não precisavam sair dos seus partidos para aderirem. Contudo, o ministério formado tinha expressivo número de ministros que acabavam de sair do partido Liberal para ingressar no partido Conservador. Limpo de Abreu, Pedreira e Paranhos eram os que haviam mudado de agremiação, mas não de “crença”, como ressaltava Joaquim Nabuco, porque entre os dois partidos não havia diferença sensível (171). Daí o sucesso da frase de Holanda Cavalcante, de que não havia *nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder*.

No entanto, se *não existia nada tão parecido com um ...*, havia uma hierarquia entre os dois, já podendo ser percebida na disposição da própria frase; era o *luzia* que se parecia com o *saquarema*, e não o contrário. Segundo a análise arguta de Ilmar Mattos, os conservadores impuseram uma derrota aos liberais não somente no campo de batalha, nos anos de 1842 e 1848. Eles também venceram ao imporem suas concepções (MATTOS, 1987: 105).

O Império deveria existir e funcionar de tal maneira que a “liberdade” jamais poderia trazer a associação com uma “igualdade”. As disputas acirradas entre os dois partidos poderiam enfraquecer o sistema e fazer com que a “plebe” reivindicasse direitos e posições. Assim, os liberais proeminentes deveriam perceber que também faziam parte do “mundo do governo”, como os conservadores. Era um mundo que os separava e os distinguia da massa da população. Ao mesmo tempo, esse mundo deveria garantir as diferenciações dentro da sociedade (112-136).

Em Mato Grosso, o principal político a levar a cabo a política de “Conciliação” foi o capitão de fragata Augusto Leveger. Nasceu na Bretanha e tinha lutado nas guerras platinas durante a década de 1820, contratado pelo governo brasileiro. Incorporou-se à marinha e foi designado para servir em Cuiabá desde 1830. Aí conseguiu passar incólume pelas perseguições a estrangeiros assim como pelas rebeliões militares e políticas. Assumiu a presidência da província pela primeira vez em fevereiro de 1851. Tinha a imagem de pessoa austera e dedicada ao serviço. Dizia ser apatidário, mas todos sabiam, suas relações pessoais eram como os “saquaremas” da província e se tornou o principal homem de confiança de muitos governos da Corte.

Desde 1843 que um morador da própria região não era nomeado para chefe do Executivo de Mato Grosso. Mas se um governante habitante do próprio lugar parecia ser uma exceção nos cálculos do governo imperial, Leveger governou sua província por mais de 7 anos, distribuídos em quatro oportunidades diferentes. Foi a pessoa que mais tempo esteve à frente do governo provincial, passando por vários gabinetes. Era um acontecimento raro no Império do Brasil.

A longevidade do governo de Leveger como presidente se deveu, entre outros fatores, por ter garantido espaço político mesmo para os que perdessem eleição. Para os cobiçados cargos de vice-presidente, por exemplo, indicou os primeiros nomes para os

liberais que perderam as eleições de 1850. Se em 1856, o termo “Conciliação” era palavra que estava se tornando cada vez mais gasta no Rio de Janeiro, em Mato Grosso a política tinha surtido efeito duradouro entre os grupos da região, a ponto de Leverger transferir a capital para o forte Coimbra, nas margens do rio Paraguai - obedecendo ordem imperial de manter tropas para pressionar o país guarani para um futuro acordo diplomático-, sem que houvesse perigo algum de conflitos políticos internos à província. Pelo contrário, Leverger escreveu muitas vezes para a Corte dizendo que não tinha o menor temor de que houvesse demonstração de descontentamento de um partido e de que a ordem pública fosse colocada em perigo.

Na verdade, os discursos da ordem, tão característicos das décadas de 1830 e 1840, começaram a ter novas conotações na década de 1850. Enquanto nos períodos anteriores eles se referiam aos grupos políticos que poderiam fazer alguma rebelião nas fronteiras do Império, o que poderia ser extremamente danoso para as pretensões territoriais e políticas do novo país, em uma região que demorava meses de viagem até o litoral do sudeste. Mas na metade do século XIX, a ordem passou a se referir às atitudes de ladrões, assassinos, bêbados e pequenos delinquentes, sem mais ter vinculação com os partidos. Era nesse momento também que começaram a se fazer estatísticas mais apuradas e mais frequentes sobre roubos, assassinatos e agressões diversas. Claramente o discurso sobre a tranquilidade pública passava a se referir aos meliantes, aos escravos fugidos. Era nesse momento também que se recriava a força policial que havia sido extinta nas disputas políticas anteriores. Ao mesmo tempo, os discursos que clamavam por “Cuiabanos”, como o proferido pelo major Oliveira ao convocar uma polícia voluntária, e também por outras autoridades quando se referiam aos habitantes em geral, passaram a ser substituídos por “Mato-grossenses”. As obras viárias, de calçamento, de concerto e construção de cadeias públicas passaram a acontecer praticamente em todos os municípios da província. A construção de escolas e o aumento de pessoas matriculadas também tomou impulso depois de 1850, englobando os principais distritos.

Tais iniciativas cuja territorialidade de ação extrapolava a capital, visava também atender as demandas políticas. O sucesso de Ribeiro em se contrapor aos poderes constituídos tinha sido exatamente por conseguir articular as cidades e vilas do *interior* contra os políticos da capital. Agora, as políticas públicas tinham que atender boa parte da província, assim como as representações eleitorais. Não foi por acaso que

as listas de votos de todo o Mato Grosso passaram a ser idênticas nos diferentes lugares, mostrando que as aproximações políticas com diversos chefes locais tinham sido muito bem efetivadas. Os presidentes de província, por sua vez, não comentavam mais que algum oponente político poderia ser elemento que deflagraria motim impondo “desordem”. A “civilização” da província precisava da coadjuvação da elite política. Não era por acaso que muitos cidadãos ilustres colaboravam com a construção de estradas, igrejas, pontes, no intuito de seu lugar subir os degraus civilizacionais. A filantropia para o país que se construía, em suas raias, era uma atitude reservada principalmente aos ilustres locais que se projetavam politicamente em sua região, como foi o caso de João José Siqueira, que em sua freguesia, a de Santa da Chapada dos Guimarães, além construir um cárcere, promoveu consertos no caminho que ligava seu lugar à capital (LAMARE, 1859); ou o cidadão Martim Gabriel de Melo e esposa, que doaram uma casa para que servisse de Câmara municipal para sua vila, Miranda, distante cerca de 850 quilômetros da capital (ALBANO, 1857). As doações e serviços voluntários contavam significativamente quando se pediam mercês e títulos ao Imperador, ou mesmo quando se indicava alguém para cargos públicos.

Depois de 1850, até o final do Império, não houve mais contundentes desentendimentos entre as elites políticas, como as que colocavam a “ordem pública” em perigo anteriormente. Mas, claro, houve calorosos descontentamentos. O fim da Conciliação na província foi um momento desses, em que as contendidas se mostraram um pouco mais fortes, sem que tais disputas pudessem levar a uma revolta armada ou que desafiassem as autoridades constituídas.

Se a “Conciliação” deveria se caracterizar por distribuição de cargos para os grupamentos políticos e fim de revanches, a situação, então, mudaria quando um grupo começasse a ter predominância, enquanto o outro fosse impelido pelo caminho da anulação, ou quase, de sua participação governamental. Mas em Mato Grosso, as contendidas de partidários contra o governo se deram justamente devido aos cargos não irem para as pessoas do mesmo partido que predominava no gabinete. Ou seja, havia reclamações exatamente porque a *sortites* de Nabuco de Araújo não se cumpria, mesmo ela tendo sido pronunciada para desqualificar o sistema político do império. A *sortites* consistia no seguinte: O poder moderador escolhia a quem quisesse para organizar os

ministérios. Depois essa pessoa ganhava as eleições por todo o Império. Os eleitos formariam a maioria que daria sustentação ao gabinete formado.

Assim, o coronel Alencastro (1859-1862), homônimo do Alencastro que governou o Mato Grosso na década de 1830, escolhido pelos *saquaremas*, não mudou o comandante da guarda, não pediu vice-presidente do partido conservador, nem alterou qualquer cargo de vulto. Logo sofreu oposição dos partidários de Mato Grosso, culminando com a denúncia de corrupção publicada em um jornal, escrita pelo padre Ernesto Camilo Barreto, lente do seminário episcopal. O cônego foi mandado embora da província, mas logo o presidente foi exonerado sob acusações de despotismo (SIQUEIRA, 2002).

Em 1862 chegou a Mato Grosso o presidente Ferreira Penna, tido como um dos mais experientes do Império, tendo já governado outras seis províncias. Era ano tenso no Prata, com a reunificação da Argentina entorno de Buenos Aires. No Paraguai, Solano Lopes ascendeu à Presidência, sem explicitar os rumos que tomaria. E era ano em que expirava o prazo acertado entre o Brasil e o país guarani para acertarem sobre as delimitações de fronteiras.

Penna chegou em Mato Grosso com atenção especial às essas questões platinas. No entanto, internamente sofre resistência de seus partidários. Novamente os *conservadores* da província se sentiam excluídos do governo e escreveram para ninguém menos do que o conselheiro Euzébio de Queiroz, pedindo que revertesse a situação favorável aos *luzias* da região. Assim, lembravam que o conselheiro era visto como um dos “salvadores da anarquia”, pelos partidários da facção conservadora, ao ser lembrado como um dos principais atuantes da política saquarema nos anos 40 e 50. Lembravam isso a Euzébio, por esperarem que o conselheiro concedesse a “proteção a esta província”, o que consistia principalmente em exonerar de seu cargo o comandante da Guarda Nacional, João Batista de Oliveira. Acusavam então líder dos liberais de usar ostensivamente a guarda para fins eleitorais. O experimentado presidente de província não fazia nada para detê-lo e conseqüentemente o predomínio liberal em Mato Grosso, o que determinava que “os principais postos oficiais” fossem ocupados por *luzias*. O que deixava os conservadores mais indignados ainda era o fato de que em “todo o Império”

predominava a situação conservadora, ao contrário do que acontecia na província de Mato Grosso (CALDAS E VÁRIOS, 1862).

O comandante da guarda foi exonerado. Contudo, a Corte continuava a manter elementos em cargos de nomeação do governo central que não fossem do partido que prevalecia no Executivo. Isso mostra que, mesmo terminada a “Conciliação”, o governo procurava manter prováveis oponentes em posições de destaque nas suas localidades, o que poderia evitar conflitos como ocorreram nos anos 40.

Havia discordância em relação à distribuição de cargos, mas nenhum grupo, até o fim da monarquia, se radicalizou em Mato Grosso, na forma de possíveis ameaças à vida do presidente de província, nem houve mais conflitos fortes entre o Executivo e o Legislativo, que pusessem em relevo um grupo de maneira que colocassem em perigo também a integridade territorial e sistêmica do Império. O espaço para as questões políticas estavam determinado. As pessoas que participavam da política já reconheciam por onde atuar.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Antônio Pedro. *Discurso de Presidente da Provincia de Matto-Grosso*. Cuiabá, 3 de julho de 1835.

CALDAS, Antônio Cerqueira e outros. Abaixo-assinado. Cuiabá, 14 de fevereiro de 1862. Arquivo Nacional. Microfilme PM 1575. Fundo Euzébio de Queiroz.

CASTRO, Paulo Pereira. “A reação monárquica” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 2º volume. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Vol.2, 8ªed. São Paulo: Globo, 1989.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

LAMARE, Joaquim Raimundo. *Relatorio do Presidente da Provincia de Mato Grosso*, Cuiabá, 3 de maio de 1859.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/ Brasília: Hucitec-INL, 1987.

MENDONÇA, Rubens de . *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. Cuiabá: Imprensa Oficial de Mato Grosso, 1967.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Coronéis, clientes e bacharéis”, in NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira e MACHADO, Humberto Fernando. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. “Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823)” in GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e PRADO, Maria Emília. (Orgs.) *O Liberalismo no Brasil Imperial – origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

OLIVEIRA, Major Joaquim José de. *Relatório de Presidente de Província*. Cuiabá, 3 de maio de 1849.

OSÓRIO, Albano de Sousa. *Relatorio do vice-Presidente da Provincia de Mato Grosso*, Cuiabá, 3 de maio de 1857.

REIS, Bispo D. José e outros. Abaixo-assinado em apoio ao Presidente Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 16 de novembro de 1848. Arquivo Nacional. IJJ(9) 507.

REZENDE, Estevão Ribeiro de. *Relatório de Presidente de Província*. Cuiabá, 2 de março de 1839.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Presidente de Província*. Cuiabá, 1.o de março de 1840.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. São Paulo, (dissertação de mestrado) – FFLSH- USP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Dados biográficos do Pe. Ernesto Camilo Barreto*. Cuiabá: mimeo, 2000.